

Sexualidade no Plural - O direito à diferença

Maria Luiza Heilborn

A sexualidade tornou-se nas últimas décadas um assunto cada vez mais importante no debate público. Ela se transformou, por intermédio, de um longo processo de mudanças históricas uma área da vida à qual se atribui muito significado, exprimindo um lugar de realização, de definição de identidade pessoal. Disseminou-se a ideia de que a sexualidade deriva de um impulso vital, presente em toda a humanidade, que brota do íntimo e do profundamente subjetivo de cada pessoa, mas em geral esta percepção ignora o fato de que diferentes sociedades concebem a atividade sexual de maneira muito variada. Assim se ramos de saber, como a psicologia e a psicanálise, salientam o fato de existir uma organização psíquica de nossos desejos e preferências sexuais, também é verdade que a maneira como seremos capazes de reconhecer e exprimir tais preferências depende de um conjunto de situações sociais que enquadram as maneiras pelas as relações de gênero se apresentam. Mas por que falar em relações de gênero?

Uma das primeiras formas de classificação no mundo social diz respeito ao sexo das pessoas. A palavra sexo, contudo, pode ter vários sentidos superpostos: ela pode designar o formato físico dos corpos: machos ou fêmeas da espécie, mas também a atividade sexual. Durante muito tempo se acreditou que o sexo (o do corpo) era responsável pelo modo como as pessoas agiam, sentiam e pensavam. "Mulher é assim e homem é assado". Com a intenção de distinguir os diferentes níveis de realidade desses fenômenos, surgiu o conceito de gênero, elaborado pelas ciências sociais. Ele se refere à construção social do sexo anatômico. Esta ideia foi produzida para distinguir a dimensão biológica da social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a maneira de ser homem e ser mulher é realizada pela cultura. Assim gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não apenas da natural, e o que se designa por masculino e feminino variam enormemente. Mas sobretudo que há modos ditos legítimos de ser homem e mulher, criando hierarquias entre essas modalidades diferentes de ser.

Sexualidade e gênero são dimensões que integram a identidade pessoal de cada indivíduo, mas são originadas, afetadas e transformadas pelo modo como os valores sociais, sistematizados em códigos culturais organizam a vida coletiva em um dado momento histórico. Os indivíduos concretos aprendem a lidar com essas concepções, mas a o caráter atual das sociedades é de conceder cada vez mais espaço para a individualização. Este é um valor da vida coletiva, que cada vez se impõe mais fortemente.

A vida em sociedade é impensável sem diferenças. A diferença estrutura o modo como pensamos. E falar em diferença não significa, necessariamente, falar em desigualdade, subordinação ou opressão. As sociedades contemporâneas têm cada vez mais abraçado o ideário do princípio da igualdade. Princípio exemplificado na ideia de direitos humanos, que asseguram condições de vida e de dignidade para as pessoas. A igualdade não significa o mesmo. Ela deve ser entendida como um princípio que admite o convívio e o respeito das diferenças, sem que estas sejam cristalizadas em desigualdades imobilizadoras. Um dos recentes desdobramentos dessa concepção de direitos humanos se exprime na ideia de direitos sexuais, que abarca a noção de bem estar assegurado (como o da saúde por exemplo) e de dignidade garantida ao estilo de vida que se expressa na forma peculiar de atração erótica e das formas de obtenção de prazer de cada sujeito, salvaguardadas o respeito ao consentimento de com quem se exerce essas preferências.

Essas formas variadas de desejo, que escapam à concepção do sexo voltado para a reprodução ou dentro do que se derivou como norma heterossexual, sempre estiveram

presentes em distintos momentos históricos e variadas sociedades, mas a grande novidade das sociedades contemporâneas é reivindicar a legitimidade e tratamento equitativo para tais modalidades de ser.

A chamada revolução sexual – que se costuma localizar nos anos 60 do século passado – representou um símbolo dessa nova maneira. A contracepção hormonal, embora não acessível a todas as mulheres, afastou as implicações diretas entre sexo e reprodução; as mulheres impulsionadas pelo feminismo, insistiram no tema de que o “nosso corpo nos pertence” exprimindo a reivindicação de usufruir a sexualidade sem constrangimentos. E sobretudo o aparecimento do movimento de liberação homossexual trouxe para a cena pública que os amores e a atividade sexual realizada por pessoas do mesmo sexo, designada por homossexualidade, merecia reconhecimento e respeito. Por várias razões, e a elas não escapam a própria lógica da dominação masculina, o sexo entre homens sempre teve maior visibilidade e também mais perseguição. O relativo silêncio que recobre o lesbianismo é expressivo de uma mentalidade que delega ao feminino um lugar secundário. Mas, certas vezes estar nas reentrâncias da cena pública permite florescer inesperadas soluções. O erotismo entre mulheres freqüentemente se apresenta como uma delas.

Maria Luiza Heilborn é historiadora e antropóloga, doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, professora adjunta do PPGSC/IMS/UERJ.